



FIAN
INTERNACIONAL

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO DURANTE A COVID-19

JUNHO 2020

1. INTRODUÇÃO

“A vida e a morte são uma cerimônia de gratidão ao nosso universo sagrado chamado Terra, ‘Mãe Terra’, onde cada broto desenha um sorriso em nosso rosto e onde a morte nos traz dor e algumas lágrimas. Ambos são requisitos para nos manter em movimento. É o legado ancestral dos povos indígenas que compartilhamos com as entidades deste planeta. Enviamos uma saudação espiritual àqueles que partiram devido à pandemia, honramos sua partida, assim como honramos aqueles que vieram pela primeira vez a este planeta, com nascimentos, com brotos frescos brindando com alegria, porque o círculo continua girando por séculos em uma sequência perfeita: a cerimônia que nos fala.” Eva Martina Gamboa é uma representante Wichí, um dos povos indígenas do Gran Chaco, hoje província do Chaco na Argentina.

Este é o segundo relatório de monitoramento da FIAN Internacional sobre o impacto da Covid-19 no direito humano à alimentação e à nutrição dos povos (Dhana) (o primeiro relatório preliminar está disponível [aqui](#)). Como a pandemia se espalhou por todos os continentes, é possível, a partir de agora, traçar um quadro mais completo e diferenciado das consequências para o Dhana das medidas tomadas pelos Estados em seus esforços para conter e impedir a propagação do vírus. Ao mesmo tempo, novos desafios estão sendo compartilhados por organizações da sociedade civil (OSCs) em todo o mundo, que não foram mencionados no último relatório de monitoramento. Uma coisa ficou clara: a demanda por mudanças sistêmicas se fortaleceu.

As informações apresentadas neste relatório de monitoramento atualizado são baseadas nos testemunhos de pessoas e organizações de todo o mundo. Isso inclui fontes fornecidas pelas organizações membros da [Rede Global para o Direito à Alimentação e Nutrição](#) (GNRTFN), bem como uma coleção de fontes de notícias tradicionais e alternativas *online*. Embora resulte de um esforço coletivo, não pretende ser totalmente exaustivo. O relatório também tenta oferecer uma cobertura geográfica mais equilibrada em relação ao relatório preliminar. Todas as fontes mencionadas têm *hiperlink* ao longo do relatório. Com o apoio do GNRTFN, a FIAN Internacional também elaborou um [guia de monitoramento](#) para apoiar ativistas, comunidades e organizações no monitoramento das obrigações dos Estados em relação ao Dhana no contexto da pandemia de Covid-19.

A FIAN Internacional também está profundamente interessada em ouvir as soluções das pessoas para o Dhana na luta contra a pandemia. Portanto, renovamos nosso chamado a todas as organizações e indivíduos para compartilharem suas experiências ou quaisquer informações ou comentários conosco em monitoringcovid19@fian.org.

Finalmente, a FIAN Internacional deseja agradecer a todas as organizações contribuintes, movimentos sociais, seções da FIAN, bem como ativistas e indivíduos que tornaram possível este segundo relatório de monitoramento.

2. ATUALIZAÇÕES SOBRE O RELATÓRIO PRELIMINAR DE MONITORAMENTO DA COVID-19 E DO RTFN

Os parágrafos a seguir contêm algumas atualizações sobre as questões levantadas no relatório preliminar de monitoramento dos impactos da Covid-19:

a. Alimentação escolar

As refeições escolares são uma fonte essencial de alimento para milhões de crianças em todo o mundo. No entanto, devido ao fechamento das escolas, **320 milhões de crianças** perderam o acesso à merenda escolar. No **Brasil**, por exemplo, apesar das provisões para programas de alimentação escolar, de acordo com as informações recebidas pela FIAN Brasil, os alimentos não são fornecidos em alguns estados/municípios, são substituídos por transferências em dinheiro ou, quando fornecidos, não são provenientes da agricultura familiar. Diante desse quadro, o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) juntou-se à Campanha Nacional pelo Direito à Educação e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para elaborar conjuntamente um **Guia para Alimentação Escolar** baseado na soberania alimentar e no Dhana. Na **Colômbia**, de acordo com a **FIAN Colômbia**, os alimentos fornecidos como parte do programa de alimentação escolar não são nutritivos nem saudáveis, mas geralmente são os únicos alimentos que as famílias têm para todos seus integrantes. Na **Espanha**, de acordo com a **Coordenação Baladre**, embora as escolas estejam distribuindo alimentos, a distribuição ocorre longe de onde as famílias vivem. Como os custos de transporte não são cobertos, algumas famílias não têm como acessar fisicamente os alimentos. Mesmo quando as famílias podem viajar para as escolas, o ônus de viajar e coletar esses alimentos geralmente recai sobre as mulheres, o que as expõe a riscos à saúde. Na Índia, uma **rápida avaliação** realizada pelo Centro para a Criança e o Direito (CCL)/Escola Nacional de Direito da Universidade da Índia (NLSIU) revelou que um grande número de escolas no estado de Karnataka, no sul do país, foram fechadas antes do anúncio formal do **“lockdown”**, privando assim as crianças das refeições da escola no meio do dia. Embora os governos central e estadual tenham ordenado que alimentos fossem entregues diretamente nos lares das crianças, essa medida só foi implementada em alguns casos.

b. Esquemas de assistência alimentar e previdência social

Em **Uganda**, de acordo com o **Katosi Women Development Trust (KWDT)**, o governo restringiu a distribuição de ajuda alimentar e anunciou que todo o apoio seria reunido por meio das forças-tarefa Covid-19 estabelecidas. Os desafios relacionados à distribuição oportuna da ajuda alimentar levaram muitos à beira da fome e a buscar apoio de líderes locais e atores não estatais. **Masifundise** informou que a África do Sul havia anunciado um pacote de estímulo econômico de 500 bilhões de rands (a moeda do país – representada pela letra R), cerca de US\$ 27 bilhões, para ajudar os municípios a fornecer serviços emergenciais de água, saneamento e transporte público, além de alimentos e abrigo para os desabrigados. Subsídios adicionais também estão sendo fornecidos. Por exemplo, R 500 (cerca de US\$ 28) por mês como pensão alimentícia e R 350 (cerca de US\$ 20) por mês para aqueles que estão desempregados e não recebem nenhuma forma de subsídio social ou pagamento de Fundo de Seguro Desemprego (UIF). O governo também está fornecendo pacotes de alimentos para as comunidades carentes por meio da Associação Sul-Africana de Seguridade Social (Sassa). No entanto, o processo foi repleto de corrupção e nepotismo. Na Índia, quando a Fase 2 do **“lockdown”** começou, o governo central conduziu **uma pesquisa** entre as segmentos mais vulneráveis da sociedade para determinar a eficácia de vários esquemas existentes (como alimentos, bolsas e pensões). Os fundos foram fornecidos aos diferentes estados para esse fim. No entanto, devido ao **“lockdown”**, os beneficiários temem que não possam acessá-lo. Na **Bolívia**, a Fundación Tierra informou que o **município de Tomina** forneceu cestas básicas para as famílias necessitadas.

c. Mercados de alimentos e comerciantes informais de alimentos

O fechamento de todos os mercados, incluindo vendedores ambulantes (exceto mercados de alimentos) na África do Sul, evidenciou a ineficácia desse fechamento geral. De acordo com Jaap de Visser, autor do [artigo opinativo](#) “Os regulamentos de bloqueio não proíbem todos os comerciantes informais de alimentos”, “*não está claro se o fornecimento de alimentos (ou seja, a entrega de pacotes de alimentos) será suficiente. É perigoso supor que o fornecimento de alimentos possa substituir a colcha de retalhos existente nos sistemas alimentares formais e informais que alimentam milhões de pessoas que vivem em municípios e assentamentos informais. Portanto, é importante ter clareza jurídica sobre quais sistemas alimentares são permitidos nos termos do Regulamento de ‘Lockdown’*”. O [Guardian](#) e o [El Diario](#) informaram que [mercados de alimentos se tornaram polos de infecção na América Latina](#). Embora algumas cidades do continente tenham permitido que os mercados continuem, é questionável se as medidas sanitárias necessárias foram tomadas adequadamente. Em vez de fechar os mercados de alimentos, as autoridades envolvidas deveriam garantir condições sanitárias adequadas neles.

[Why Hunger](#) reafirma como a Covid-19 expôs o [racismo](#) profundamente enraizado nos **EUA**. Pessoas negras enfrentam hospitalizações desproporcionalmente mais altas relacionadas à Covid-19, estão super-representadas nos empregos mais afetados pela pandemia e têm maior risco de infecção. De acordo com o [Center on Budget and Policy Priorities](#), pessoas negras lutam há muito tempo para acessar alimentos frescos e não processados, e os trabalhadores pertencentes às minorias, que compõem uma porcentagem desigual da indústria de alimentos, não têm benefícios médicos e são mal pagos. Ao mesmo tempo, a culinária tradicional, como a *soul food*, assumiu a culpa pelos problemas de saúde dos afro-americanos – uma crítica que negligencia a pouca prevalência da obesidade e do diabetes tipo 2 na comunidade negra até os produtores de ultraprocessados e de *fast-food* terem começado a operar em bairros negros no final do século XX. Além disso, o [estresse causado pela discriminação racial](#) aumenta a prevalência das doenças cardíacas, da hipertensão e da obesidade.

d. Trabalhadores migrantes

Na **Itália**, um [decreto que autoriza o trabalho temporário](#) de imigrantes nas fazendas deve ser aprovado pelo governo. Enquanto este argumenta que tal política poderia proteger os trabalhadores estrangeiros, dando-lhes acesso a cuidados de saúde e ajudando migrantes sem documentação a sair da condição de explorados, organizações de direitos humanos criticaram que [os migrantes são apenas vistos como mercadorias](#) no debate de políticas. Da mesma forma, as autoridades em **Portugal** [concederam direitos temporários de cidadania a todos os migrantes que aguardam uma autorização de residência](#), para garantir seu acesso a saúde, segurança social, estabilidade no emprego e moradia, de acordo com declarações do ministro da Administração Interna.

e. Deterioração da situação dos direitos humanos em áreas de conflito

Como mencionado no relatório preliminar, a Covid-19 causou deterioração dos direitos humanos em áreas de conflito. De acordo com as informações compartilhadas pela FIAN Alemanha, em B'tselem – **Palestina**, a restrição da vida pública levou a uma situação de considerável isolamento, especialmente nas áreas rurais. [A base econômica dos olivicultores palestinos também está sofrendo intensamente](#). Somente em abril, centenas de oliveiras foram destruídas e arrancadas pelos colonos. Isso terá um impacto desastroso no sustento dos olivicultores. Não apenas não haverá colheita direta este ano, mas as árvores precisarão ser substituídas. Para uma boa colheita, as árvores devem ter 35 anos ou mais, o que implica que os olivicultores enfrentarão falhas de safra pelos próximos 20 anos. Somente então as árvores recém-substituídas assumirão a mesma capacidade de antes e contribuirão para a renda familiar.

f. Medidas econômicas em resposta à crise

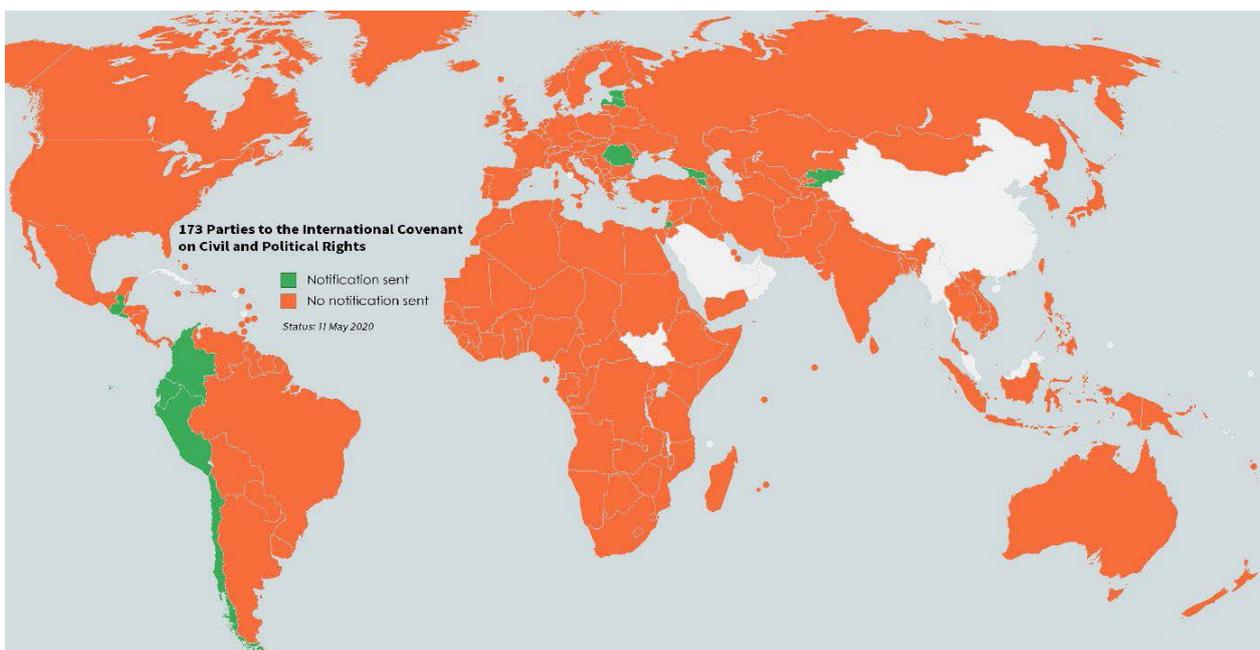
Várias medidas econômicas estão sendo propostas em nível nacional e internacional. Indo além de algumas sugestões para suspensão de dívidas, **os líderes africanos uniram-se em uma frente comum para exigir o cancelamento de suas dívidas**, a fim de melhor lidar com a pandemia da Covid-19. Uma declaração foi divulgada pelas OSCs em todo o mundo, pedindo ao Banco Mundial (BM), ao Fundo Monetário Internacional (FMI), ao Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD), ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e a todos os financiadores bilaterais, regionais e multilaterais de desenvolvimento do **Bangladesh** para suspenderem o pagamento de todas as dívidas públicas dos países em desenvolvimento que combatem a pandemia, a fim de evitar agravar a atual crise. Le Point informou que os cofundadores da **makesense Africa** no Senegal estão pedindo para **repensar a cooperação internacional na África**. Na **Colômbia**, o Ministério da Defesa **aceitou uma proposta parlamentar de transferir fundos do orçamento militar para cobrir despesas de saúde**.

g. Reforma constitucional

No **Equador**, para garantir a responsabilidade do Poder Executivo durante a pandemia, o **Tribunal Constitucional emitiu uma Decisão Judicial (Decisão No.1-20-EE / 20)**, reconhecendo que, embora o presidente tenha o poder de implementar medidas de “**lockdown**”, ele deve também informar o Tribunal sobre como os direitos à alimentação e à saúde serão garantidos para as pessoas que vivem em extrema pobreza. Da mesma forma, para abordar a falta de acesso a alimentos causada pela pandemia, um parlamentar no **Chile propôs a inclusão do direito à alimentação na Constituição**.

h. Derrogação aos Tratados de Direitos Humanos.

Até 11 de maio de 2020, **pelo menos 84 Estados haviam declarado oficialmente estado de emergência** por meio de suas leis nacionais, mas apenas 13 Estados haviam notificado oficialmente o secretário-geral da ONU sobre a derrogação aos direitos humanos, conforme exigido pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.



Mapa elaborado com *MapChart* baseado em dados da ONU

Nas Américas, 24 dos 35 Estados membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) são partes da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH). **Treze das 24 partes da CADH notificaram** o secretário-geral sobre o estado de emergência em seus respectivos países (até 11 de maio de 2020), em alguns casos mencionando explicitamente os artigos da CADH aos quais derrogam. No sistema europeu de direitos humanos, apenas 10 das 47 partes da CEDH notificaram o secretário-geral após declarar estado de emergência em seus respectivos países. Os instrumentos universais e regionais de direitos humanos que permitem derrogações em tempos de emergência nacional, como o PIDCP, são inequívocos ao estipular que os Estados têm a obrigação de notificar qualquer derrogação de um ou vários direitos consagrados no tratado relevante de direitos humanos. Mais importante: qualquer medida que limite o gozo dos direitos humanos exige um teste real de necessidade, razoabilidade e proporcionalidade. O risco de abuso de poder neste contexto é muito alto e se tornou realidade em vários países.

3. O IMPACTO DA COVID-19 NAS MULHERES, CAMPONESES, AGRICULTORES, PESCADORES E POVOS INDÍGENAS

a. Mulheres

As organizações de mulheres continuam a destacar o impacto diferenciado de gênero da Covid-19 e das medidas de “*lockdown*”. A análise geral concentra-se no aumento do ônus do trabalho não remunerado e da violência doméstica nas mulheres. Tendo que dedicar mais tempo ao trabalho de assistência, elas costumam sacrificar seus empregos e renda, o que afeta negativamente o Dhana de suas famílias. A violência doméstica pode levar as mulheres a comer menos, a serem as últimas a comer ou a não comer. Como as mulheres desempenham um papel fundamental na produção e no fornecimento de alimentos, sua capacidade reduzida de trabalhar afeta negativamente sua contribuição para os sistemas alimentares e, posteriormente, o desfrute do Dhana de suas famílias e de muitos outros.

A maioria das mulheres e meninas na África trabalha no setor informal. Elas trabalham por conta própria ou trabalham como diaristas. Medidas rigorosas de confinamento sem redes de segurança alternativas obrigam as mulheres a comer por último e menos. Mulheres e meninas frequentemente dedicam-se à agricultura de pequena escala na estação agrícola, mas isso foi totalmente interrompido e contribuiu para a escassez de alimentos, tanto a curto como a médio prazo. Em **Uganda**, as mulheres em comunidades pesqueiras artesanais enfrentaram uma pressão enorme devido ao fechamento dos mercados de peixe. As mulheres que normalmente desempenham um papel não reconhecido nas famílias agora estão lutando para colocar comida na mesa. Na África do Sul, de acordo com **Womin**, as mulheres foram **afastadas pela polícia ao tentar coletar água**, tendo que esperar até o anoitecer para coletar água de fontes distantes, colocando em risco sua segurança. Essa situação obrigou as famílias a comprometer a higiene.

Na **América Latina**, o próximo relatório conjunto de **FIAN Equador**, **Ocaru** e outras organizações destaca o aumento drástico do horário de trabalho das mulheres. Enquanto **os homens assumem mais tarefas domésticas**, **as mulheres ainda estão sobrecarregadas**. No **México**, as pessoas temem que **essa “nova normalidade” tenha um impacto negativo sobre as mulheres**, pois as escolas permanecerão fechadas e elas terão que continuar com o trabalho não remunerado. Na **Colômbia**, como já mencionado acima, as cestas ou **kits** de alimentação escolar são a única fonte de alimento para famílias inteiras. Como as mulheres geralmente são as últimas a comer, a FIAN Colômbia, a Red PaPaz e outras organizações temem que a fome aumente entre elas. No **Equador**, **Rocío Gonzales**, líder da associação Fe del Campesino (Fé Camponesa), destaca o impacto da perda de trabalho informal das camponesas. A situação das mães que

chefiam família e são forçadas a recorrer à caridade por causa da escassez de alimentos é particularmente desafiadora.

No **Ecuador**, duas mulheres indígenas – Diocelinda Iza, da Organização das Mulheres Indígenas e Camponesas (**Omicse**), e Ivonne Macias, da União das Pessoas Afetadas por Chevron-Texaco (**Udapt**) – destacam a ansiedade e o estresse criados pelo “**lockdown**”, que coloca um fardo mais pesado sobre o corpo das mulheres e gera mais violência física e doméstica. Quando as mulheres não podem vender seus produtos agrícolas e alimentar suas famílias, sentem-se responsáveis e sofrem. Da mesma forma, nos **EUA**, o Why Hunger relata sobre o aumento da violência doméstica durante o confinamento, agravado pelo fechamento ou redução da capacidade de abrigos e outros espaços de proteção para as mulheres.

Na **Espanha**, a Coordenação Baladere levantou preocupações quanto à incapacidade de acessar informações sobre a situação das mulheres que trabalham em plantações de frutas vermelhas e atualmente em confinamento. Teme-se que as mulheres, principalmente do Marrocos, sejam enviadas para casa sem as precauções necessárias no final da safra. **Relatórios** da Índia apontam que as mulheres, na indústria do sexo, estão lutando pela sobrevivência e morrendo de fome devido ao “**lockdown**”.

As populações LGBTIQ+ **sofrem com o impacto das medidas de bloqueio**. No **Peru**, **Colômbia** e **Panamá**, homens e mulheres podem deixar suas casas em dias alternados. No entanto, essas medidas discriminatórias colocaram em risco a vida de pessoas trans, não binárias e *queer*.

b. Camponeses

Como mencionado no **relatório preliminar**, as restrições de movimento e o fechamento dos mercados dos agricultores **estão afetando negativamente a capacidade dos agricultores de vender seus produtos**, minando seu direito a um padrão de vida adequado e ameaçando seu Dhana. Camponeses no **Ecuador** e na **Colômbia** estão enfrentando dificuldades no acesso a sementes e mudas. Os **subsídios** para compensar os efeitos da crise destinam-se principalmente ao setor agroindustrial, enquanto as pequenas e médias cooperativas e empresas camponesas estão recebendo quantias insignificantes. Ao mesmo tempo, os intermediários estão usando a crise como uma desculpa para **pagar menos** aos camponeses. No **Ecuador**, **os camponeses** estão preocupados com a disseminação da Covid-19 por aqueles que retornam às áreas rurais, possivelmente infectando idosos que permaneceram nas áreas rurais e onde os cuidados de saúde são de baixa qualidade ou mesmo inexistentes. Todos esses problemas estão no cerne da atual crise alimentar (veja também a seção 5) e estão ligados ao poder corporativo dominante nos sistemas alimentares (mais informações na seção 4). Na Índia, os mercados camponeses foram fechados e o uso da **brutalidade policial** contra pequenos comerciantes foi testemunhado em diferentes partes do país. Em meio a bloqueios e fechamentos de mercado, os povos tribais têm se sentido induzidos a encontrar maneiras alternativas de vender produtos florestais **não madeireiros**. No Uganda, o Katosi Women Development Trust informou à FIAN que o alívio alimentar do governo é limitado a população urbana mais vulnerável, com desafios para a distribuição de gêneros alimentícios, inclusive para as pessoas-alvo. Produtores de alimentos em pequena escala devem ser capazes de fornecer alimentos nutritivos para si e suas comunidades, garantindo renda para outros tipos de alimentos e necessidades básicas, como eletricidade e outros serviços e despesas. As restrições de bloqueio impediram que isso fosse viável, forçando os pequenos produtores de alimentos a contar também com subsídios sociais e cestas de alimentos.

c. Trabalhadores agrícolas e alimentícios

Embora os trabalhadores sejam essenciais para a economia global, eles foram duramente atingidos pelas consequências da pandemia da Covid-19. Em um **comunicado**, a Coordenação Europeia de Via

Campe sina (ECVC) pede reformas estruturais muito necessárias que colocam os direitos humanos acima da proteção do poder do mercado, bem como dos lucros dos bancos e das empresas. Além disso, exige que os Estados e as instituições europeias *“salvaguardem, em primeiro lugar, os direitos fundamentais dos indivíduos, garantindo o cumprimento do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Declaração dos Direitos dos Camponeses e outras pessoas que trabalham em áreas rurais (UNDROP), a Convenção Internacional sobre os Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e suas Famílias, bem como as convenções relevantes da OIT, em particular a Convenção 184 sobre Segurança e Saúde na Agricultura”*. A declaração enfatiza adicionalmente como a renda e os meios de subsistência dos trabalhadores agrícolas foram duramente afetados devido ao fechamento de fronteiras e medidas de contenção da Covid-19. A [União Internacional das Associações de Alimentos, Agricultura, Hotelaria, Restauração, Tabaco e Associações de Trabalhadores Afins \(IUF\)](#) exige, entre outras coisas, renda e proteção social, bem como acesso a serviços de saúde para proteger os trabalhadores agrícolas na luta contra a propagação da pandemia.

Imediatamente após a decisão do governo alemão de permitir a entrada de trabalhadores sazonais para a safra (principalmente aspargos brancos), 40.000 trabalhadores agrícolas da **Europa Oriental** chegaram à **Alemanha** por aviões especiais em abril, com 40.000 previstos para chegar em maio. Já antes da Covid-19, numerosos [relatórios](#) apontavam para as terríveis condições de trabalho e de vida dos trabalhadores sazonais devido a baixos salários (abaixo do salário mínimo), dedução ilegal de acomodações e refeições de seus salários, além da falta de acesso ao seguro de saúde. A pandemia agravou ainda mais esses problemas: prevê-se que os trabalhadores agrícolas sazonais trabalhem sob condições de quarentena de fato, vivendo em quarentena enquanto trabalham e dividindo acomodações com metade do número de trabalhadores habitual (cerca de uma dúzia de trabalhadores). Continua um problema sistêmico de [exploração diferenciada de salários](#) pelos empregadores através das fronteiras, com trabalhadores sazonais arriscando a saúde, pois os salários que recebem na Alemanha permanecem mais altos do que poderiam ganhar em casa.

Na Índia, o *“lockdown”* nacional obrigou milhões de trabalhadores migrantes retidos – homens, mulheres e crianças – a viajar de volta para suas aldeias de origem. Muitos acabaram em campos de desabrigados do governo ou tiveram que andar várias centenas de quilômetros sem dinheiro ou comida. Muitos trabalhadores [perderam a vida no caminho](#) devido à exaustão ou acidentes. De acordo com a [Stranded Workers Action Network](#)¹ (Swan), dos trabalhadores assalariados entrevistados em abril, cerca de 82% (de 12.248) não receberam rações do governo e 68% (de 9.743) não receberam alimentos cozidos durante nos últimos 32 dias desde o bloqueio. A terrível situação dos trabalhadores migrantes na Índia levou Michelle Bachelet, alta comissária da ONU para os Direitos Humanos, a pedir mais *“solidariedade doméstica”* durante esse período de crise. Os [trabalhadores agrícolas sazonais](#) pertencem predominantemente às categorias casta programada e tribo programada, “os estratos mais carentes da hierarquia rural”. Além disso, as [trabalhadoras migrantes](#), muitas das quais são assalariadas diárias e trabalhadoras agrícolas, estão sofrendo o impacto das consequências dessa pandemia, pois perderam o emprego e o ganho diário e não conseguem comprar ou acessar suprimentos essenciais, como produtos de higiene menstrual. A questão dos [migrantes](#) é ainda mais aguda, já que muitos deles são *dalits* (intocáveis). Dos 395 milhões de migrantes interestaduais na Índia, estima-se que 62 milhões sejam *dalits*, além de 31 milhões de *adivasis* (indígenas). As medidas de distanciamento social sobreviverão às medidas drásticas de *“lockdown”* e toque de recolher, pois a Índia tem uma história muito mais longa de distanciamento social através da instituição da intocabilidade. Os *dalits* foram estruturalmente alienados na sociedade indiana ao longo da história, com o coronavírus apenas intensificando o drama vivido pelos [intocáveis](#).

1 Rede de Ação de Trabalhadores Retidos, em tradução livre



A pandemia da Covid-19 também expôs a condição extremamente precária dos trabalhadores da alimentação, especialmente aqueles que trabalham na produção industrial de carne. Vários matadouros industriais e fábricas de processamento de carne na **Europa** e nos **EUA** tornaram-se pontos críticos para infecções por coronavírus. Na **Alemanha**, vários matadouros estão na origem de **grupos de infecção**, forçando o governo a **anunciar regras mais rígidas** sobre as condições de trabalho. Nos **EUA**, o **governo federal ordenou** que as instalações de processamento de carne continuassem operando, **sem garantir medidas de segurança adequadas** para os trabalhadores do setor alimentício. O fechamento de fábricas de processamento de carne devido a altas taxas de infecção afetou os pecuaristas industriais ainda mais severamente. A mídia relatou que os **agricultores foram forçados a matar seus porcos e gado**, já que os matadouros não estavam mais operando, mostrando a falta de resiliência da cadeia industrial de produção de carne.

d. Pescadores artesanais e de pequena escala

A crise da Covid-19 se tornou uma crise de subsistência para milhões de pescadores e pescadoras em todo o mundo. Na Índia, **notícias** de que 100 mil pescadores e trabalhadores migrantes estariam encalhados em seus barcos de pesca na costa de Maharashtra, no Mar da Arábia, chegaram às manchetes quando o primeiro-ministro Modi anunciou o **“lockdown”** em todo o país em 24 de março. Os 1.547 centros de desembarque de peixes do país estão fechados, sem instalações de transporte, gelo para armazenamento, vendedores ou mercados. Isso vem agravar ainda mais o impacto de **uma safra ruim**, especialmente no sudoeste da Índia. Sem poder pescar, os pescadores artesanais não têm renda e estão achando extremamente difícil alimentar-se e a suas famílias adequadamente. Em uma **nota de imprensa** recente, o **Fórum Nacional dos Trabalhadores da Pesca (NFF)** expressou sua profunda decepção com o pacote de estímulo econômico anunciado pelo governo central para o setor. Em vez de fornecer apoio emergencial aos pescadores que tentam sobreviver, o governo está se concentrando em medidas para promover a criação de camarões e as exportações de pescados. Na mesma nota de imprensa, o NFF expressou ainda seu descontentamento sobre como o esquema de entrega de produtos alimentícios anunciado pelo governo central havia excluído os pescadores, porque a maioria deles estava listada acima da linha de pobreza (APL). Como tal, a NFF insta o governo a fornecer assistência de 10.000 rúpias (INR) a cada família de pescadores pelos próximos três meses, dada a suspensão das operações de pesca devido à pandemia e à proibição iminente durante o período das monções.

No **Sri Lanka**, de acordo com a **Organização Nacional Solidária da Pesca (Nafso)**, a situação enfrentada pelos pescadores artesanais devido ao toque de recolher em todo o país e à proibição de viagens interestaduais varia ligeiramente em todo o país. A maioria dos desafios está relacionada à interrupção dos canais do mercado, à emissão de um número limitado de passes de toques de recolher que permitem aos pescadores exercer sua atividade, ao fechamento de lojas de equipamentos de pesca e estações de bombeamento de combustível, à falta de gelo para preservar os peixes capturados e à baixa demanda de peixes devido a diminuição do poder aquisitivo. Como os pescadores artesanais são altamente afetados pela sazonalidade, muitos deles tiveram que recorrer a diversas atividades não relacionadas à pesca (por exemplo, indústria de fibra de coco, remendos de redes para a indústria pesqueira, agricultura, pecuária e turismo) para ganhar uma renda adicional e para suavizar as flutuações intertemporais da renda. A maioria dessas atividades chegou a um impasse causado pela pandemia, ameaçando sua capacidade de gerar renda suplementar. O turismo costeiro, que oferece oportunidades adicionais para as comunidades pesqueiras costeiras encontrarem fontes alternativas de renda, é uma área que foi duramente atingida. As mulheres envolvidas na secagem de peixes como atividade doméstica não podem mais fazê-lo, uma vez que é feito fora de suas casas (locais de secagem de peixes na praia ou na beira da estrada). Os pescadores artesanais estão, portanto, exigindo que o processo de obtenção das autorizações de pesca seja relaxado e que as cooperativas de pesca obtenham uma licença de grupo para seus membros. Eles também estão solicitando que métodos sejam desenvolvidos para permitir que o peixe seja comprado

nos locais de desembarque nos tempos da Covid-19 (sem permitir a coleta em larga escala), para o fornecimento de produtos alimentícios gratuitos às famílias de pescadores artesanais mais afetadas e para ajudar as cooperativas de pesca. (Observação: essas informações são de março/abril de 2020. Devido ao levantamento do toque de recolher e ao relaxamento de algumas medidas, a situação pode ter mudado desde então.)

Da mesma forma, na África do Sul o “*lockdown*” exacerbou as violações do Dhana de pescadores artesanais. Segundo informações compartilhadas pela organização [Masifundise](#), os pescadores artesanais e outros pequenos produtores de alimentos vivem com uma renda diária ou semanal e operam na economia informal. Embora a pesca seja reconhecida como um serviço essencial no contexto da Covid-19, a grande maioria dos pescadores costeiros e do interior tem trabalhado informalmente (sem permissão ou usando permissões de lazer) durante o confinamento ou teve seus pesqueiros localizados em parques públicos ou áreas marinhas protegidas (AMPs).

Como resultado, os pescadores foram criminalizados por exercer seus direitos e praticar atividades de subsistência. Embora agora os pescadores artesanais possam pescar, eles enfrentaram desafios ao acessar seus mercados habituais, vender suas capturas e gerar renda. O Departamento de Meio Ambiente, Florestas e Pescas (Deff) lançou um esquema de ajuda alimentar (provisão de 10.000 pacotes de alimentos) para beneficiar pescadores artesanais licenciados que foram identificados como os mais [necessitados](#). Não obstante, a distribuição de pacotes de alimentos resultou em conflito nas comunidades, e existe a preocupação de que a seleção de pescadores para receber pacotes de alimentos afaste-os da comunidade e cause mais conflitos. Além disso, os pescadores artesanais do interior não foram identificados como beneficiários desse processo.

Segundo o KWDT, embora a agricultura seja um dos serviços essenciais autorizados a continuar em **Uganda**, a pesca foi restrita. A maioria das pessoas nas atividades pesqueiras e relacionadas à pesca não teve ajuda alimentar. O exército está investigando o lago Victoria e espancando os que pescam. Em uma declaração, o [Fórum Mundial dos Povos Pescadores \(WFFP\)](#) sublinhou o fracasso das respostas do governo no apoio às comunidades pesqueiras de pequena escala, ao mesmo tempo que recorda os valores e princípios da soberania alimentar. O WFFP insta ainda os governos a apoiar sistemas alimentares localizados que forneçam alimentos saudáveis e nutritivos a preços acessíveis, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho dos pescadores artesanais, bem como as condições sanitárias e de saúde nesse setor, e colaborar com as organizações de pescadores. no fortalecimento do controle democrático local sobre os recursos terrestres e hídricos.



Pintura kuna mostrando tratamentos tradicionais

e. Povos indígenas

A crise da Covid-19 está evidenciando as violações contínuas dos direitos humanos sofridas pelos povos indígenas, afetando seu direito à saúde, à terra e a um ambiente saudável. Altas taxas de mortalidade foram relatadas entre idosos indígenas que são os “detentores de sabedoria, idioma e conhecimento” das nações dos povos indígenas. Fazendo referência à construção do oleoduto Keystone XL no **Canadá**, a organização dos [Povos Indígenas do Conselho Internacional do Tratado Indígena \(Citi\)](#) está indignada com o fato de a pandemia de Covid-19 ter sido usada por alguns governos e empresas federais e estaduais/provinciais para reverter as salvaguardas ambientais e acelerar a implementação de projetos de desenvolvimento aos quais os

povos indígenas se opõem há muito tempo. Ao mesmo tempo, os ataques contra defensores de direitos humanos indígenas que defendem seus territórios contra o desmatamento têm aumentado. Por isso, o Citi exigiu que os direitos dos povos indígenas, como os direitos à saúde ambiental e comunitária, ao consentimento livre, prévio e informado (CLPI) e o direito à participação, sejam respeitados e apelou à “família humana e aos governos do mundo para respeitar os direitos e o conhecimento dos povos indígenas neste momento crítico”. Essas demandas são apoiadas pelo novo [relator especial da ONU sobre os direitos dos povos indígenas](#), José Francisco Cali Tzay. Em comunicado divulgado em 18 de maio, ele expressou sérias preocupações com o impacto da Covid-19 nos povos indígenas e na atual militarização de seus territórios. Embora salientando que as comunidades indígenas que melhor resistiram à pandemia da Covid-19 são as que alcançaram autonomia e autogoverno, o relator especial pede ainda que os governos apoiem os povos indígenas na implementação de seus planos de proteger suas comunidades e garantam que eles tenham acesso a informações sobre a Covid-19 em seus idiomas, e que medidas especiais urgentes sejam tomadas para garantir a disponibilidade e o acesso a serviços médicos culturalmente adequados.

Outras leituras e vídeos:

Leitura adicional fornecida por Why Hunger sobre a situação nos EUA

<https://civileats.com/2020/05/22/op-ed-migrant-farmworkers-native-ranchers-in-border-states-hithardest-by-covid-19/> Kuna pintura de tratamentos tradicionais

Foco no Sul Global: Surto de Covid-19

[Impacto socioeconômico dos pescadores artesanais e da aquicultura em pequena escala na Indonésia](#), 21 de abril de 2020.

Um *webinar* organizado pelo Plaas Webinar: “Covid-19: Impacto na pesca artesanal na África do Sul e além”, com Charles America (pescador e ativista), Rowena Europa (Coastal Links) e Naseegh Jaffer (Masifundise Development Trust)

https://www.youtube.com/watch?v=LyK_pMPcl8A

Cejil sobre o risco para os povos indígenas

<https://www.cejil.org/es/covid-19-supervivencia-pueblos-indigenas-riesgo>

Cimi sobre o impacto da pandemia nas comunidades Guarani e Kaiowá

<https://cimi.org.br/2020/04/em-reuniao-da-onu-sobre-a-pandemia-cimi-denuncia-ineficiencia-dogoverno-brasileiro-e-descaso-com-indigenas/>

4. O IMPACTO DA GRILAGEM PELO PODER CORPORATIVO DURANTE A PANDEMIA

Movimentos e OSCs, incluindo a [Aliança do Tratado](#), a [Campanha Global para Recuperar a Soberania dos Povos](#), [Desmantelar o Poder Corporativo e Acabar com a Impunidade](#) e a [ESCR-Net](#), denunciaram a maneira pela qual o poder corporativo dominante mina os direitos humanos, incluindo o Dhana, e demonstra a fragilidade da sociedade em responder à pandemia de Covid-19.

[As corporações agroalimentares impuseram um sistema alimentar industrializado](#), no qual os pequenos produtores de alimentos permanecem marginalizados das políticas públicas e continuam a ser vitimados

por abusos sistemáticos e discriminação. Essas mesmas empresas pressionam por uma dieta liderada por empresas que enfraquece nosso corpo e aumenta nossa vulnerabilidade a doenças transmissíveis e não transmissíveis, como a Covid-19. Em tempos de crise, **empresas poderosas buscam oportunidades para aumentar ainda mais seus lucros**. Por exemplo, **os gigantes digitais nos EUA e na China** e as grandes empresas têm **pressionado a UE** “(...) usando a crise a seu favor, e reembalando as antigas demandas do **lobby**: de adiar ou matar regulamentos, a garantir salvamentos públicos, evitando condicionalidades”. Ao mesmo tempo, os governos têm apoiado o setor privado projetando e implementando medidas pró-negócios que dependem da importação e exportação de alimentos. Na **Colômbia**, o governo **aprovou um decreto suspendendo os impostos de importação de soja, milho e sorgo**. Na **Bolívia**, o governo **aprovou o uso de sementes geneticamente modificadas**, e em **Honduras** as organizações combateram as **reformas agrárias**, que promovem maior dependência da agroindústria de alimentos. No **Camboja**, os pequenos produtores de alimentos foram forçados a migrar devido ao aumento das dívidas resultantes de microcréditos.

Para as grandes corporações, mesmo o período de pandemia não é uma exceção para continuar “com as práticas de costume”. Segundo **Masifundise**, as políticas ambientais na África do Sul foram relaxadas, especialmente no setor de mineração. O Departamento de Meio Ambiente, Florestas e Pesca (Deff) aprovou oficialmente a duplicação dos padrões mínimos de emissão de dióxido de enxofre, alterando o limite de 500 mg/Nm³ para 1.000 mg/Nm³, uma decisão que só beneficiará indústrias de grande porte. A África do Sul testemunhou a vasta expansão da mineração em praias na Costa Oeste desde o início da crise da Covid-19, rejeitando a maioria dos apelos contra a aprovação do ano passado de operações de mineração expandidas em grande escala na praia (“mina de Tormin”). Nas **Filipinas**, a **Aliansa Tigil Mina** denunciou as operações das empresas de mineração, que desconsideram a saúde e o bem-estar de seus trabalhadores e das comunidades afetadas pelas minas. Em meio à crise global da Covid-19, as operações de mineração continuam contaminando as fontes de subsistência das comunidades e poluindo a água e os recursos costeiros.

Why Hunger lançou luz sobre a interconexão entre o setor agrícola e os bancos de alimentos¹ durante a crise. Esse **link** é típico do sistema industrial de alimentos, caracterizado pela superprodução de alimentos, que alimenta a “maquinaria” antes de ser usada para fins beneficentes ou desperdiçados. Devido ao “**lockdown**” e para evitar o desperdício de alimentos, os agricultores não tiveram outra opção senão doar seus produtos para os bancos de alimentos, uma vez que o governo dos **EUA** não adotou medidas para ajudá-los a comercializar sua produção ou gado. Isso pode parecer uma solução adequada, pois um número crescente de pessoas vem buscando ajuda dos bancos de alimentos. No entanto, produtores e consumidores estão no fim perdedor deste modelo. Essa “saída aparente” obriga-os a cobrir os custos da crise, perdendo sua renda e dependendo da caridade, ambos contra sua dignidade. O lucro permanece em outro lugar: enquanto os agricultores estão desperdiçando sua produção e sacrificando animais, a comida é escassa e cara nos centros urbanos; a evidência de um **sistema quebrado**. O mesmo sistema foi denunciado por comportamento oligopolista e **exploração de trabalhadores** no setor de carnes, por exemplo.

No que diz respeito às condições de trabalho, a ESCR-Net declarou que “a aplicação pesada das leis de contenção de doenças funcionou para exacerbar as desigualdades existentes em um sistema econômico global que valoriza o lucro corporativo em detrimento da segurança e proteção dos trabalhadores”. Igualmente preocupante é o perigo de as **empresas digitais usarem a crise para impor tecnologias digitais**,

¹ A sociedade civil brasileira tem defendido os bancos de alimentos como um equipamento importante para a política de abastecimento alimentar. No Brasil, a política de bancos de alimentos é uma das políticas de que o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dispõe para garantir o direito à alimentação. Não se destina apenas a receber excedentes e destinar para doação, conciliando outras ações, como, por exemplo, ações de educação alimentar e nutricional.

inteligência artificial e **eliminação de uso de moedas** e notas (dinheiro), afetando os aspectos sociais e culturais do Dhana, desmantelando as interações humanas, o que atrapalha o tecido social de nossas sociedades e exclui aqueles sem acesso a tecnologias.

Um apelo adicional para permanecer vigilante vem dos oponentes do “multi-stakeholderismo”. Substituir negociações físicas por negociações virtuais devido a medidas de bloqueio **facilitaria a participação das empresas** e a captura corporativa do processo de um Instrumento Vinculante para Empresas Transnacionais e Outras Empresas no que diz respeito aos direitos humanos. Enquanto as empresas têm acesso às tecnologias necessárias, organizações da sociedade civil (OSCs), movimentos sociais e comunidades de base ativas no processo podem não ter. Outro fato alarmante relatado diz respeito à preparação, por advogados comerciais, de **ações judiciais contra Estados para suas respostas à COVID-19 na ISDS (solução de controvérsias entre investidores e Estados)**, no contexto de tratados comerciais ou de investimento, ameaçando-os a gastar vários milhões de dólares ao custo das despesas sociais.

Por fim, também houve boas notícias: alguns Estados, como **Dinamarca e Polônia, não fornecerão ajuda financeira a empresas registradas em paraísos fiscais no exterior**. Simultaneamente, a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos adotou uma resolução sobre a necessidade de desenvolver normas **sobre as obrigações dos Estados de regular os atores privados envolvidos na provisão de serviços sociais**.

5. CRISES ALIMENTARES E EMERGÊNCIAS

As organizações e a mídia continuaram relatando crises e emergências alimentares em diversas regiões. Tais crises afetam o acesso, a adequação e a disponibilidade de alimentos. A acessibilidade alimentar continua sendo um desafio para muitos em todo o mundo devido à redução da renda, por um lado, e ao **aumento dos preços dos alimentos (ao triplo e ao quádruplo)** gerado pela especulação entre os intermediários, por outro, conforme relatado por membros do GNRTFN na **Argentina, Equador, Uganda**, África do Sul, **França e El Salvador**. Por exemplo, no **Equador, Colômbia, Zimbábue, Senegal, Moçambique e EUA**, os camponeses foram afetados negativamente pelo *dumping* e pela negação de **acesso aos mercados**, e ficaram sem outra opção a não ser destruir suas plantações e **sacrificar o gado**, conforme relatado nos **EUA e Quênia**. Isso, juntamente com a perda de renda (**pessoas perdendo seus empregos e trabalhadores informais perdendo sua renda**), tem um grande impacto no acesso das pessoas à comida. Na **Colômbia**, as pessoas que estão passando fome penduram **camisas e trapos** nas janelas como sinal que precisam de ajuda. Da mesma forma, há notícias ecoantes sobre casos de fome e fome iminente na **Argentina, Paraguai, Indonésia e Índia**. Mais pessoas vêm recorrendo a bancos de alimentos, mesmo em países mais ricos e “desenvolvidos”, como **Espanha, EUA e Suíça**. Em países onde as remessas de migrantes de classe média e baixa desempenham um papel fundamental na renda familiar, a redução induzida pela pandemia dessas remessas do exterior afeta negativamente o acesso a alimentos.

A crise atual também afeta a **adequação alimentar**. Enquanto os camponeses têm sido incapazes de fornecer alimentos aos mercados urbanos, governos como **Colômbia, Equador e EUA** têm apoiado as cadeias agroindustriais e promovido o consumo de alimentos ultraprocessados, que geralmente são mais baratos e acessíveis aos consumidores. Dietas baseadas nesses alimentos enfraquecem a capacidade do sistema imunológico de resistir a doenças. Embora o problema estrutural relacionado ao consumo de alimentos não saudáveis seja preexistente à pandemia, a situação atual exacerbou o ambiente que causa desnutrição.

A **disponibilidade de alimentos** é afetada pela interrupção das cadeias alimentares (bem como pela logística). Segundo a **FIAN Equador**, a **Ocaru** e outros, o fechamento de fronteiras, bloqueios e as medidas de quarentena

que ocorreram nos centros de consumo da Ásia e da Europa **diminuíram significativamente as trocas comerciais** de produtos agrícolas. Conseqüentemente, isso prejudicou economias que dependem do mercado internacional e do comércio global. As decisões de alguns Estados, como **Romênia, Rússia, Cazaquistão e Vietnã**, de limitar as exportações de arroz e trigo e estocar produtos alimentícios aumentaram ainda mais o **risco** de especulação alimentar. Também é relatado que a **escassez de alimentos** causou agitação social.

Os proponentes da **abordagem malthusiana das crises alimentares** – com base na relação matemática entre alimentos disponíveis (oferta) e necessidades da população (demanda) – provavelmente negariam o fato de que atualmente existe uma crise alimentar. No entanto, o entendimento de uma crise alimentar ou **emergência alimentar** a partir de uma abordagem de direitos humanos exige que se vá além do mero cálculo de oferta e demanda, prestar atenção aos **elementos constitutivos do direito à alimentação**, como acessibilidade física/econômica, adequação e sustentabilidade. Portanto, a FIAN acredita firmemente que, em certos países e entre certas populações – especialmente os pobres e marginalizados –, as crises alimentares já estão comprometendo a capacidade das pessoas de se alimentar adequadamente.

Preços dos alimentos na África

Em Uganda, os preços dos alimentos têm flutuado dependendo do que é definido como essencial (agricultura) e não essencial (pesca). A falta de instalações de refrigeração para produtores de alimentos, aliada à redução do poder de compra da população, contribuiu para a queda dos preços dos alimentos perecíveis, resultando em perdas para os camponeses. Como exemplo, na indústria avícola, os preços dos ovos caíram de UGX 12.000 (US\$ 3) para UGX 7.000 (US\$ 1,8), demonstrando uma queda de 41% de acordo com a KWDT. No setor de pesca (proibido durante o “**lockdown**”), o preço do peixe prateado seco (principalmente para famílias pobres) aumentou 23%, passando de UGX 30.000 (US\$ 7,9) para UGX 37.000 (US\$ 9,7) no surto de Covid-19. O preço está flutuando segundo a disponibilidade de peixe. Na África do Sul, embora o presidente Ramaphosa tenha adotado regulamentos para “proibir aumentos injustificados de preços”, os preços dos alimentos aumentaram em média 0,4% durante o período de bloqueio. Segundo **Statistics South Africa**, a maioria dos produtos alimentares essenciais aumentou de preço durante o período de “**lockdown**”, exacerbando a vulnerabilidade de famílias pobres e com insegurança alimentar na África do Sul. Nas áreas rurais, muitas comunidades estão enfrentando desafios adicionais, pois não podem viajar longas distâncias para chegar a mercados onde poderão estocar alimentos mais baratos e outros suprimentos. Isso os penaliza duplamente, já que os preços de alimentos e outros suprimentos são ainda mais altos nas pequenas lojas às quais podem acessar.

Fontes adicionais:

Universidade de Minnesota sobre a crise alimentar

https://rwi.lu.se/2020/05/covid-19-rights-and-resilience-in-our-foodsystems/?fbclid=IwAR08woTqhFbnlRx3d6SZdMELr4I33HIQ_VWCev2ifsxmF7j7Jbxii81dd2o

A ONU alerta que, se nenhuma ação for tomada, várias fomes de proporções bíblicas poderão ser enfrentadas em poucos meses

<https://news.un.org/es/story/2020/04/1473162>

Os mercados internacionais de arroz são particularmente sensíveis a essas restrições por parte de grandes exportadores

<https://www.cgiar.org/news-events/news/covid-19-related-trade-restrictions-on-rice-and-wheatcould-drive-up-prices-and-increase-hunger>

A situação das crianças é preocupante nos EUA

<https://www.brookings.edu/blog/up-front/2020/05/06/the-covid-19-crisis-has-already-left-too-many-children-hungry-in-america>

Informação global da FAO e aviso prévio

<http://www.fao.org/gIEWS/reports/fpma-b>

Supermercados aumentam preços, recolhem produtos frescos e enganam na rotulagem na UE

<https://www.elsaltodiario.com/femenino-rural/super-especuladores-de-la-alimentacion-suben-precios-retiran-productos-frescos-y-enganan-en-el-etiquetado-en-plena-pandemia-en-toda-la-ue>

6. AS SOLUÇÕES DAS PESSOAS PARA GARANTIR O DHANA DURANTE A PANDEMIA E ALÉM

a. Solidariedade das pessoas com o Dhana

Os “*lockdowns*” repentinos que perturbam o abastecimento local desencadearam diversas ações de solidariedade nas áreas rurais, urbanas e periurbanas. Embora os Estados sejam os principais responsáveis pelo Dhana, ações de solidariedade têm sido fundamentais para garantir o acesso das pessoas a alimentos adequados em muitas partes do mundo.

Na África do Sul, em face da **enorme crise alimentar**, inúmeras iniciativas que vão desde cozinhas de sopa e abrigos para desabrigados a entregas de encomendas de alimentos têm ajudado os necessitados durante a crise. A **Coalizão Popular C19** é um coletivo da sociedade civil sul-africana que surgiu recentemente para proteger comunidades vulneráveis durante a pandemia da Covid-19. Criou um grupo de trabalho que organiza a entrega de alimentos a comunidades marginalizadas.



Campanha visual #TodasSomosTodas, informando sobre a iniciativa e o apoio que presta em diferentes municípios.

Além dos esforços imediatos de socorro, a Coalizão mapeou pequenos produtores de alimentos e os vinculou a comunidades urbanas que tiveram dificuldades em acessar alimentos. Na **Espanha**, inúmeras iniciativas de solidariedade visam fornecer alimentos para pessoas que não podem mais acessá-lo. Em **Barcelona e Madri**, as redes multiplicaram a distribuição de alimentos quatro vezes ao dia. A mídia noticiou o aumento das filas para pegar comida nessas duas cidades fortemente afetadas. Um **vendedor de frango em Madri** atendeu gratuitamente os clientes que pararam de ir à sua loja porque tinham vergonha de sua situação econômica. Na **Colômbia**, as organizações de mulheres estão coletando dinheiro para apoiar as mulheres e suas famílias que perderam o acesso à comida sob a bandeira #todasSomosTodas.

No **Brasil**, o MST relatou **ações de solidariedade no campo e nas cidades brasileiras**. Iniciativas semelhantes foram relatadas pela Via Campesina na **Argentina** e pelo Base-IS no **Paraguai**, assim como pela mídia na **Costa Rica**, onde comunidades indígenas doaram alimentos para comunidades urbanas que vivem na pobreza.

b. Ação das pessoas para promover o Dhana e a Soberania Alimentar durante e além da pandemia

As organizações de pequenos produtores estão tomando medidas e divulgando recomendações sobre como evitar a transmissão do vírus. Estão encontrando maneiras apropriadas de disponibilizar alimentos saudáveis através de mercados ao ar livre, vendas diretas e outros canais de distribuição. Juntamente com os consumidores, eles estão organizando plataformas inovadoras, geralmente com o apoio dos governos locais, para estabelecer novas cadeias alimentares territoriais rurais e periurbanas. Estão participando de comitês locais de solidariedade para garantir acesso a alimentos para os setores mais vulneráveis da população.

Os padrões de infecção por Covid-19 superam as divisões usuais entre raça, classe e gênero. Suas consequências nos meios de subsistência das pessoas e no Dhana refletiram as desigualdades socialmente construídas. Uma análise crítica do impacto do vírus nas comunidades de alguns países africanos mostra que os caminhos políticos para sair da crise precisam ser cuidadosamente elaborados a partir de uma abordagem intersectorial para garantir que os mais afetados, como pequenos produtores de alimentos e pescadores, não sejam deixados em um ciclo vicioso de dependência. Ibrahim Coulibaly, presidente da Rede de Organizações de Agricultores e Produtores da África Ocidental (Roppa), compartilha a esperança *“de que tomadores de decisão e cidadãos políticos tomem mais consciência da necessidade de incentivar a produção e o consumo local, que tem ainda mais significado e importância hoje”*.

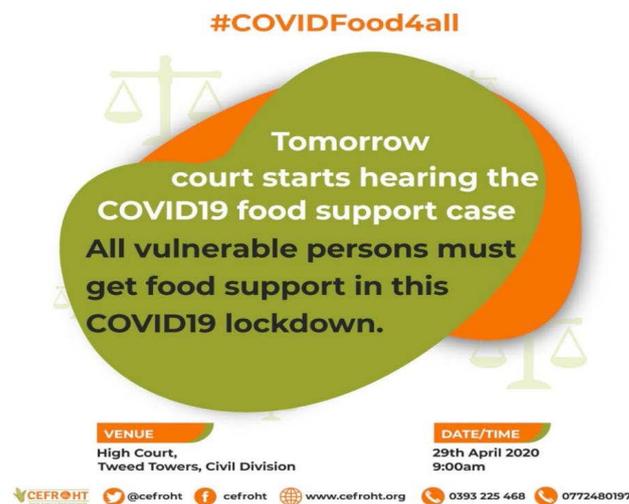
Na **Colômbia**, um grupo de OSCs lideradas pela Red PaPaz em cooperação com a FIAN Colômbia enviou um documento de advocacia ao Ministério da Educação, opondo-se à captura corporativa do Programa de Alimentação Escolar (PAE), bem como ao apoio estatal à indústria agroalimentar e o fornecimento de alimentos ultraprocessados nas escolas. O documento (brevemente disponível **online**) resume suas demandas: declarar a agricultura como uma atividade essencial e estratégica, estabelecer curtos-circuitos para compras de alimentos para o PAE, priorizar a distribuição de alimentos saudáveis e nutritivos e incluir o controle social e instrumentos de exigibilidade no programa. Também na **Colômbia**, os municípios **iniciaram positivamente uma campanha de troca de alimentos de produtos camponeses para enfrentar a crise**. A FIAN Colômbia elaborou uma ferramenta para coletar denúncias sobre possível especulação de produtos alimentícios que poderiam servir de base para suas ações de exigibilidade do Dhana junto

ao governo. Além disso, em Medellín, um aplicativo foi criado para ajudar as pessoas a comprar comida de origem camponesa.

Algumas comunidades estão usando o Dhana e mecanismos de direitos relacionados para reivindicar seu acesso a alimentos. Em Chiapas (**México**), 114 pessoas apresentaram um pedido de amparo (ação legal para defender os direitos humanos) em nome de crianças e adolescentes para exigir o fornecimento de alimentos, porque eles não receberam nenhum apoio desde que o governo declarou uma emergência de saúde.

No **Nepal**, foi apresentado um litígio de interesse público para exigir ajuda alimentar para as pessoas retidas na cidade capital ou tentando chegar às suas aldeias. Os peticionários argumentaram que o Estado havia deixado de cumprir suas obrigações sob o direito à alimentação e o direito de viver com dignidade, não fornecendo alimentos nem permitindo que chegassem a suas casas com segurança durante o “lockdown”. Como consequência, o primeiro-ministro instruiu as autoridades locais a garantir alimentos para essas pessoas.

Em Uganda, o Centro de Alimentação e Direitos de Vida Adequados (Cefroht) exigiu distribuição de alimentos para grupos vulneráveis.



Convite divulgado pelo Cefroht para uma audiência em Uganda.

Katarungan, nas **Filipinas**, pediu ao governo que libere o fundo de cobrança de coco de 100 bilhões de pesos (de impostos pagos nos anos 1970/80 pelos produtores de coco, que nunca beneficiaram os referidos) para ajudar os produtores de coco a confrontar-se com a crise da Covid-19.

Na Índia, a **Campanha Direito à Alimentação na Índia** (RTFC) emitiu várias declarações desde que o país esteve fechado, apelando ao governo para universalizar o Sistema de Distribuição Pública (PDS) e facilitar o confinamento, pois causou problemas econômicos, especialmente para os pobres que não conseguiram ganhar a vida. Os capítulos estaduais da RTFC têm defendido da mesma forma a garantia da realização do Dhana nos tempos da Covid-19. Por exemplo, o RTFC Jharkhand escreveu uma carta ao ministro-chefe de Jharkhand, exigindo o fornecimento de cartões de racionamento de emergência para todas as 80.000 famílias que os solicitaram. O RTFC Jharkhand também escreveu ao ministro da Alimentação, solicitando ao governo central que libere mais alimentos para Jharkhand gratuitamente ou a preço da Lei Nacional de Segurança Alimentar, para que o PDS possa ser universalizado por um ano. Considerando a extrema necessidade de iniciar trabalhos de socorro nas favelas de Patna durante o confinamento, o RTFC Bihar

solicitou ao ministro-chefe de Bihar que compartilhasse um estudo conduzido por várias organizações sobre as condições das pessoas que moram nas favelas. Um grupo de ativistas, pesquisadores, advogados e estudantes se reuniram para lançar um *site* chamado **COVID-19 Government Order Tracker**¹, que compila todas as ordens do governo, tanto centrais quanto estaduais, anunciadas no contexto da pandemia. Este grupo, juntamente com outros voluntários da Stranded Workers Action Network, também criou um *site* chamado **Informações sobre Viagens para Migrantes**, que compartilha informações sobre ordens do governo e anúncios sobre procedimentos de devolução para migrantes retidos em seus estados de origem.

Organizações feministas e ativistas lançaram um *site sobre respostas feministas à Covid-19*. Representa um esforço para uma recuperação justa e resiliente da pandemia, fortalecendo as ações feministas em todo o mundo.

O **Comité de Veille et d'Action** (Comitê de Monitoramento e Ação), que promove o engajamento e a mobilização, a recuperação das capacidades produtivas e os melhores modelos de desenvolvimento social e econômico nos países africanos, vem se mobilizando para buscar e implementar soluções adequadas e sustentáveis para responderem ao acúmulo de crises, incluindo a da Covid-19, que afeta a Dhana das pessoas.

Très concrètement le contexte exige **une réflexion et des mesures de prise en charge de 3 enjeux majeurs** :



a) **L'engagement et la mobilisation** des différentes organisations socio-professionnelles et des communautés rurales aux côtés des efforts des collectivités locales, des États et des Institutionnels Régionales, pour contribuer à l'arrêt de la propagation du COVID 19 ;



b) **La restauration des capacités de production** de centaines de milliers d'exploitations familiales agricoles, pastorales, agro-pastorales, halieutiques grâce à la mise en place d'instruments et de mesures appropriées, notamment pour la campagne 2020/2021, qui démarre très prochainement ;



c) **Le relèvement global dans les terroirs et les pays** en mettant en place des mesures et instruments de politiques appropriés, en prenant appui sur des leçons et enseignements tirés de ces crises, pour impulser et, le moment venu, mettre en place et en œuvre un développement économique, social, inclusif et durable dans les terroirs, créer de la richesse et des emplois.

Algumas legendas da iniciativa do Comitê de Monitoramento e Ação

Da mesma forma, na África Subsaariana, **estão sendo propostas soluções para alimentação e agricultura no contexto da Covid-19**. No **Zimbábue**, os pequenos agricultores demonstraram resiliência aumentando a produção para atender à crescente escassez de oferta. Como os grandes produtores em larga escala mencionaram várias razões para a queda na produção, os pequenos agricultores aumentaram a produção de alimentos logo após o país anunciar o **“lockdown”** em 31 de março. Os movimentos das **OSCs** na África do Sul fizeram várias propostas e solicitações ao governo para apoiar comunidades vulneráveis e pequenos produtores de alimentos. No que se refere à pesca artesanal, as propostas contêm a possibilidade de permitir que pescadores vendam peixes em suas comunidades e de maneira tradicional, proibindo todos os arrastões comerciais direcionados a espécies que são alvo da pesca artesanal de linha e incluindo inclusão de pescadores artesanais e produtos de outros produtores de menor escala de alimentos nas parcelas de alimentos financiadas pelo governo. Em **Uganda**, a KWDT suspendeu o pagamento de taxas de uso de água e saneamento entre as comunidades pesqueiras pobres para garantir o acesso aos serviços de Wash (água, saneamento e higiene) para todos. Iniciativas locais, como monitoramento da coleta de água e proibição de crianças de acessar as bombas, foram estabelecidas para sustentar a funcionalidade dos serviços básicos. A KWDT também traduziu as informações sobre a Covid-19 para o luganda e as disseminou nas áreas rurais usando rádios comunitárias e alto-falantes móveis, alcançando

1 Rastreador de resoluções governamentais, em tradução livre.

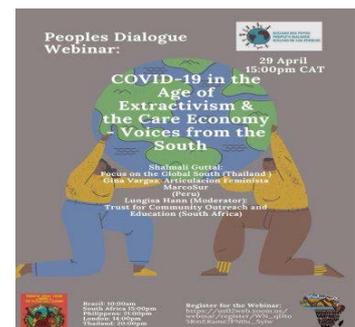
com sucesso crianças que antes eram excluídas de todas as comunicações. “As crianças são vistas e ouvidas imitando as mensagens em seus jogos, segurando alto-falantes de brinquedo para fazer o mesmo anúncio enquanto brincam e interpretando as mensagens”, relatou a equipe da KWDT. A KWDT também recebeu financiamento para fornecer suprimento de alimentos através de dinheiro transferência, beneficiando mais de 2.855 pessoas, a maioria crianças.

No **México**, após o teste positivo da primeira dama, o município de Oaxaca **proibiu o acesso a Coca-Cola, Pepsi, Sabritas e outras porcarias e só permitiu o consumo de alimentos naturais das comunidades locais.**

De acordo com Kuna Yala, no **Panamá**, com o surto da pandemia da Covid-19 e o bloqueio, as comunidades reorganizaram suas fazendas, os jovens deixaram seus telefones celulares de lado e se mudaram para os campos, enquanto as mulheres continuavam cultivando para suas famílias. As comunidades de Gardi Sugdup, Gardi Yandup, Digir, Magebgandi e Aggwadub plantaram mandioca, abacaxi, arroz e milho, após sua decisão de lutar pela soberania alimentar tomada há muitos anos.

Na **Itália**, a **FAO** informou que foram feitos esforços para aumentar a entrega de alimentos pelas associações de agricultores. Pequenos e médios varejistas adotaram ferramentas simples de comunicação, como o WhatsApp, para facilitar as compras e oferecer entrega em domicílio aos seus clientes. Plataformas **online**, como Kalulu e Alveare, colocaram os produtores em comunicação direta com os consumidores finais.

Uma série de seminários **online** está sendo realizada em todo o mundo sobre o impacto da Covid-19 e sobre como as pessoas estão se mobilizando.



Convites para webinars de várias organizações

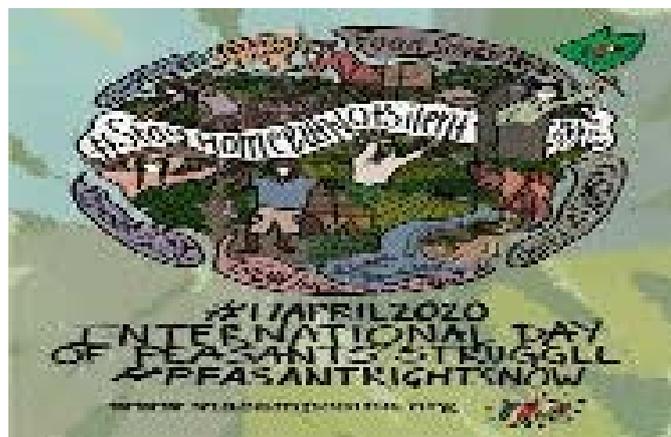


Imagem do formulário #StayHomeButNotSilent, La Via Campesina

Campanhas como #StayHomeButNotSilent, da La Via Campesina, mostram ao mundo que as vozes dos camponeses não são reprimidas pelos bloqueios e continuam a expressar sua reivindicação legítima de justiça, incluindo a justiça alimentar, mesmo durante os bloqueios.

Uma família de camponeses na Colômbia [criou um canal no YouTube](#) para ensinar outras pessoas sobre a vida dos camponeses e como eles produzem comida em casa.

c. Propostas dos povos para a transformação de sistemas alimentares

Além de ações muito concretas, os [movimentos estão propondo uma transformação estrutural](#) do sistema para a chamada nova normalidade. Eles convergem em muitos tópicos, exigindo a transformação do sistema alimentar, que está muito ligada à demanda de movimentos ambientais de criar um sistema que coloca as [pessoas e o planeta em primeiro lugar](#), acima dos interesses corporativos, e interrompe a destruição climática e ambiental.

Em resumo, [os pequenos produtores de alimentos exigem medidas imediatas para respeitar e fortalecer os sistemas alimentares tradicionais e indígenas e uma transição para os sistemas agroecológicos](#), alinhados com os compromissos assumidos no Undrop e na Década da Agricultura Familiar. Isso permitiria passar da pecuária industrial para os sistemas pastorais móveis circulares e a extensa produção pecuária como parte de sistemas mistos de criação. A demanda por transformação, intimamente ligada ao apoio à [agroecologia](#), também implica a mudança para sistemas que respeitem o meio ambiente e reduzam as mudanças climáticas. [Atingir a visão de soberania alimentar](#) é um elemento-chave, conforme explicado claramente pelo [Comitê de Planejamento Internacional sobre Soberania Alimentar](#). Responsabilizar as empresas e fortalecer os governos locais são outros elementos claros da proposta.

No meio do confinamento, documentos descrevendo as principais propostas de transformação do sistema alimentar e expressando as demandas dos movimentos sociais rurais foram enviados pela [Society for International Develop](#), [Grupo ETC](#), [Mecanismo de Engajamento da Sociedade Civil Ásia-Pacífico \(AP-RCM\)](#), [The Major Women's Group](#), [FIAN](#) e a coordenação do [Mecanismo da Sociedade Civil do Comitê de Segurança Alimentar Mundial](#) para a discussão temática sobre [ODS2](#) do Fórum de do Painel de Alto Nível em 2020. Os documentos serão publicados em breve e a FIAN fornecerá uma análise aprofundada das propostas no próximo relatório de monitoramento.

Fontes adicionais:

Aljazeera: A solução para a insegurança alimentar é a soberania alimentar
<https://aje.io/rbhz3>

SR, sobre pobreza extrema e direitos humanos sobre
diante da necessidade de transformar a economia global
<https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=25858&LangID=e>

Declaração da Rede Árabe de Soberania Alimentar no contexto da crise C-19
<https://apnature.org/en/statement-issued-arab-network-food-sovereignty-context-corona-crisis>